



FANTOCHES – Coleção de panfletos da primeira série, editada em **1914**, ao longo de **oito números**, de 12 de Janeiro a 16 de Abril, à quinta-feira. Foi editada e dirigida por **Francisco José da Rocha Martins** (1879-1952), jornalista e, sucessivamente, monárquico liberal, franquista e sidonista. A administração e a redação situavam-se nos n.ºs 80 e 82 da **Rua do Alecrim**, na Livraria Ventura Abrantes, e era impressa na Imprensa Progresso, situada no n.º 23 da Calçada de São Francisco. Não se expressam colaboradores na prosa, sendo que era ilustrado por **Leça da Câmara**. Em todos os números desta série, o desenho de capa é o mesmo, um Zé Povinho atóçando figuras dispostas numa espécie de frisa, sendo que no final de cada número surge o anúncio à obra (a lançar) intitulada *O Jacobino*, da autoria do próprio Rocha Martins.

A coleção de panfletos pretendeu ser uma **voz crítica contra o regime republicano**, ainda Rocha Martins era monárquico. Na apresentação da publicação, lê-se que “Fantoques são os bonecos trajados de juises, militares, estadistas, padres, fadistas e policias que se movem ante as gargalhadas estrepitosas das crianças e os sorrisos, d’alegre complacencia, dos crescidos, ao sabor do cordel puxado pelo titereiro. Como nas sociedades há sempre um que é symbolo e se chama D. Christovão em Hespanha (...) e em Portugal D. Roberto, um valentão enquanto não lhe tiram o estadulho. Podem também ter outros nomes e teem-nos entre os homens aos quais os titereiros chamados Ambição, Gula, Inveja, Luxuaria – os pecados capitaes e os sociaes – puxam os cordeis como os outros aos madeiros sem alma sob as suas beccas, as suas fardas, as suas casacas, as suas batinas, as suas jaquetas e os seus kepis. Sobretudo nas sociedades revolvidas como a nossa e a tal ponto que se antipodisou, os cordeis veem-se tanto que é uma grata e facil tarefa mostral-os ao publico. É por isso, meus senhores, que vão principiar os Fantoques” (n.º1).

Rocha Martins descreve de uma forma pouco abonatória **Afonso Costa** (n.º 2), o “Costa Cabral da República” – “ambos tiveram a mesma intuição: a rua”. Mas – sublinha – “o sr. Affonso Costa é um *pastiche* serôdio do seu comprovinciano”. A este, Rocha Martins apelida-o de ditador e, àquele, de demagogo e de chefe da “rede da espionagem política”. Em largas páginas, o autor compara, sem compaixão, as duas figuras políticas, mas ainda assim um traço mais viperino contra Affonso Costa, “apenas mais um beirão duro que passa ephemeramente ás cabriolas na Historia.”

No número seguinte, começa por fazer menção ao fim da greve dos ferroviários e à tentativa de um abandono geral dos trabalhadores das outras classes, referindo que as classes portuguesas padecem de um defeito comum – a desorganização. Considera que a alma portuguesa é puramente sebastianista, sendo a República propaladora de um futuro melhor para os trabalhadores e para a nação. Como um rastilho a ideia de um bem-estar futuro difundia-se largamente e conduziu à revolta. Conclui que a fórmula económica suplantou a

política para fazer acreditar a população na necessidade de mudança do regime. Terminada a “lua de mel do consórcio do povo com a República, chegaram as exigências (...) e rebentaram as greves”. A veia monárquica de Rocha Martins assim “exigia” a crítica.

Tal como no tema acerca dos “golpes de Estado”. A propósito de lutas travadas no Senado, do qual **Anselmo Braamcamp Freire** era seu vice-presidente, Rocha Martins não deixa de ironizar a sua conduta, “levado para o partido republicano pelo mais sincero dos movimentos, continuou, todavia, como o pamphletario Rochefort, a ser chamado primo pelas marquezas.”

Sobre a censura prévia à imprensa, Rocha Martins ironiza, face ao singular pedido feito pelo governador civil de Lisboa: “Que não publicasse notícias senão as de autenticidade absoluta com respeito à greve. Como podia a imprensa fazer a vontade ao chefe do distrito?!... Ouvindo da sua boca toda a verdade. Quer dizer a imprensa ia transformar-se uma tuba do ministério”, solução condenada por Rocha Martins.

Afonso Costa, sob pressão do Presidente da República, **Manuel de Arriaga**, apresenta a demissão, sucedendo-lhe **Bernardino Machado**, figura consensual entre os vários partidos, que amnistiará monárquicos e presos por questões sociais, mas não deixa de sofrer com a escrita implacável do monárquico Rocha Martins, que já lhe traça, ironicamente, um destino mais além, o de Presidente da República: “Do interior do coração o sentimos como patriotas ansiosos de vêr emfim alguém no lugar em Portugal e como amigos da tradição, do bom cerimonial e do pitoresco” (n.º5, 28 de Fevereiro).

O autor glosa com o novo governo, apelidando-o de “gabinete guinholesco de títeres” e de “semi-affonsista”. Faziam parte: Bernardino Machado (Presidente, Interior e Negócios Estrangeiros), **Sobral Cid** (Instrução Pública), **Lisboa de Lima** (Colónias), **Tomás Cabreira** (Finanças), **Pereira de Eça** (Guerra), **Augusto Eduardo Neuparth** (Marinha), **Manuel Monteiro** (Justiça) e **Aquiles Gonçalves Fernandes** (Fomento).

Uma das decisões deste governo agradaria ao monárquico Rocha Martins, mas também a uma franja larga de políticos, monárquicos e alguns republicanos. Trata-se da amnistia para os presos políticos, que segundo Rocha Martins, “ajudámos a arrancar do poder” (n.º 8). A campanha da imprensa estrangeira pressionava o governo, apesar de a diplomacia republicana em Londres (**Teixeira Gomes**), em Paris (**João Chagas**) e em Berlim (**Sidónio Pais**) não conter as palavras de crítica e, internamente, as vozes do Presidente da República Manuel de Arriaga, do chefe do Partido Evolucionista, António José de Almeida, e do próprio fundador da República, **Machado Santos**. Em Fevereiro de 1914, o Congresso da República aprovaria a lei da amnistia (decreto de 21 de Fevereiro), no início do 6.º Governo da República, que estaria em funções de 9 de Fevereiro a 23 Junho de 1914.

Este governo apresentou-se como de reconciliação nacional, mas não aguentaria o escândalo que levaria à demissão de Bernardino Machado, na sequência da crise aberta pela demissão de um dos Ministros, Tomás Cabreira.

Por decreto de 28 de Março de 1914 fora atribuída a concessão dos direitos de instalação de uma central hidroeléctrica nas Portas do Rodão a um grupo que integrava, entre outros, **António Maria da Silva**. O Supremo Tribunal Administrativo declarou o decreto inconstitucional, promovendo a sua anulação. Os parlamentares do Partido Democrático reuniram-se e, considerando constitucional o decreto, entenderam que os ministros do seu partido não deveriam votar nenhum diploma que anulasse este decreto. Tomás Cabreira abandonou o Partido e todos os restantes democráticos resolveram demitir-se. Bernardino Machado viu-se assim obrigado a apresentar um pedido de demissão coletiva do gabinete. O decreto da concessão seria anulado a 24 de Julho de 1914.

Rocha Martins não deixa, ainda, de criticar **Francisco Joaquim Ferreira do Amaral**, antes monárquico como ele, mas depois da sua saída do Governo, em Dezembro de 1908, frequentador dos círculos republicanos, tendo mesmo aderido ao Partido Democrático, de Afonso Costa, o que lhe valeu ser muito criticado pelos monárquicos, que o apelidavam, frequentemente, de Makavenko, por pertencer ao grupo dos Makavenkos, constituído por boémios, gente de esquerda e republicanos. Aliás, no mesmo número de *Fantoches* (n.º 7), Rocha Martins ironiza os jantares desse grupo, dinamizado por **Francisco Grandella**, na sua casa da Foz do Arelho.

O período de publicação de *Fantoches* coincide, também, com os meses que antecederam o início da Grande Guerra e com a ação germânica em África. Rocha Martins refere a influência da mesma com a convivência do governo republicano português (n.º 7, de 9 de Abril). A Grande Guerra seria declarada a 18 de Agosto e, por esta razão, o governo português entenderia que, pelas circunstâncias pouco normais do momento, seria necessário guarnecer e reforçar diversos postos de fronteira no norte de Moçambique e no sul de Angola, para o que deu ordens que se organizassem duas colunas expedicionárias. Rocha Martins já não teria *Fantoches* para se referir a esta incursão.

Estes panfletos teriam uma segunda série intitulada ***Fantoches – Bastidores da Política e dos Negócios***, editada em **1923 e 1924**, onde Rocha Martins acentuaria a sua crítica mordaz ao regime republicano.

Jorge Mangorrinha

Lisboa, Agosto de 2012.